

PL das Fake News tem vácuo sobre regulação de big techs



O deputado Orlando Silva (PC do B-SP) durante a votação da urgência do PL das Fake News, do qual é relator. Foto: Lázaro - 25.04.23/Pablo/Agência

Retirada de agência no PL das Fake News gera incerteza sobre supervisão

Relator diz que tema da regulação será discutido até votação da proposta na próxima semana

Danielle Brant
BRASÍLIA. A decisão do deputado Orlando Silva (PC do B-SP) de retirar o relatório do PL das Fake News a criação de uma entidade autônoma para supervisionar as plataformas digitais...

novos pareceres. Mas, segundo a quem cabe regulamentar os planos, seguirá em aberto até o dia da votação — que está prevista para a próxima terça-feira (2).

A entidade autônoma de supervisão foi muito mal recebida na Câmara. Houve muita crítica de diversos bancadas. A maioria impressiona é que, se mantivessemos essa ideia, poderia impedir o debate e imobilizar o avanço da proposta.

O texto em discussão estabelece, entre outros pontos, uma série de obrigações às plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagens, como a moderação de conteúdo.

Orlando Silva também incluiu em seu relatório um dispositivo que estabelece que a lei deverá observar "o livre exercício da expressão de dogmas religiosos, seja de forma presencial ou remota, e a expressão plena dos dogmas e livros sagrados".

des atuem "hábil e diligentemente" quando notificados sobre conteúdos potencialmente ilegais gerados por terceiros no âmbito de seus serviços...

O deputado anunciou esse dispositivo e indicou, apenas, que os "provedores devem atuar diligentemente para prevenir e mitigar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços...

Entre os principais pontos do projeto se incluem também a criação de uma comissão de transparência e responsabilidade, além da realização de estudos, pareceres e recomendações sobre liberdade, responsabilidade e transparência na internet.

O projeto estabelece, ainda, a aplicação de multa de até 1% do faturamento do grupo econômico no Brasil em caso de descumprimento da lei.

O texto de Orlando Silva prevê ainda o pagamento por parte das plataformas pelo conteúdo jornalístico utilizado sem que esse custo seja repassado ao usuário final.

Após a votação de Lula e com os ataques golpistas em andamento, no entanto, acabou não sendo levado em consideração pelos deputados rejeitaram dar urgência à sua análise.

Após a votação de Lula e com os ataques golpistas em andamento, no entanto, acabou não sendo levado em consideração pelos deputados rejeitaram dar urgência à sua análise.



Marcelo Lacerda, diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil. Divulgação

Diretor do Google afirma que PL das Fake News é vago

Marcelo Lacerda diz que projeto não deixa claro quem regulamentará as redes

Danielle Brant, João Gabriel e Raquel Lopes

BRASÍLIA. O diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, Marcelo Lacerda, avalia que o PL das Fake News é vago.

rar o cuidado exigido por mecanismos de buscas ao de redes sociais. A discussão em torno do projeto ganhou força após o ataque a uma escola em São Paulo que terminou com a morte de uma professora...

de controle interno do Google são suficientes para impedir a disseminação de discurso de ódio na internet, tendo em vista os controles das escolas, o diretor defende que o projeto precisa ser mais debatido e que sempre há espaço para melhorar.

"A questão é que a gente não é contra nenhum tipo de regulação que fale, 'ok, a partir de agora você vai ter que fazer x, you z'. A gente ainda tem dúvidas sobre o texto que está na mesa, se isso realmente vai ter esse efeito positivo que todo mundo está esperando", diz.

"Porque ainda falta mais concretude em vários dos dispositivos que estão lá e, para isso, precisaria de um pouco mais de tempo para entender e discutir se essas soluções que estão na mesa realmente vão dar o resultado esperado", afirma.

Ele diz ainda que o Google, entre março e abril, cumpriu 740 pedidos de acessos a dados das autoridades governamentais relacionados a terrorismo e ataques a escolas. Mas entende que o projeto, da forma como está redigido, abre brechas para que a lei seja usada contra os seus princípios.

O texto continua com muitas incertezas e vago em muitos aspectos. De forma geral a gente entende que essas incertezas, essa falta de concretude de como aquilo vai se dar na realidade, vai acabar prejudicando o usuário porque, ao invés de combater a desinformação, diz.

A empresa defende que o projeto seja debatido em uma comissão especial. Também critica a falta de audiência pública e de discussão do assunto desde que foi rejeitado em plenário na Câmara, em 2021.

Segundo ele, vários órgãos estão pedindo mais discussão do assunto, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Ainda falta um debate um pouco mais aprofundado para a gente ter um pouco mais de clareza sobre como vai ser aplicado, quais as consequências (da lei) e se aquilo vai gerar o resultado que a gente espera, que é combater a desinformação", disse.

O texto em discussão junta contribuições da proposta aprovada pelo Senado e modificações incorporadas pelo relator na Câmara. Se aprovada pelos deputados, deve voltar ao Senado, por onde o texto original passou em 2022.

Lacerda diz que o projeto traz obrigações que as plataformas não têm obrigação de cumprir e devem ser feitas.

Lacerda faz uma série de críticas ao projeto relatado pelo deputado Orlando Silva (PC do B-SP), que deve ser votado na próxima terça-feira (2).

Segundo ele, o texto debate incertezas sobre como será feita a regulação das plataformas e se equivoca ao equiparar o cuidado exigido por mecanismos de buscas ao de redes sociais.

A discussão em torno do projeto ganhou força após o ataque a uma escola em São Paulo que terminou com a morte de uma professora, no fim de março e um atentado em creche de Blumenau (SC) que deixou quatro mortos no começo de abril. O argumento é que a regulamentação das redes pode ajudar a impedir novas ondas de violência.

A movimentação causou o debate das big techs. Elas afirmam que o projeto relatado por Orlando Silva é genérico e que a violência nas escolas é um problema social, não apenas digital.

"A gente está olhando um problema que tem várias facetas sob só um ponto específico. Não adianta só atacar as redes e falar que foram as plataformas [as responsáveis pela violência], diz à Folha Lacerda.

Segundo ele, vários órgãos estão pedindo mais discussão do assunto, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Ainda falta um debate um pouco mais aprofundado para a gente ter um pouco mais de clareza sobre como vai ser aplicado, quais as consequências (da lei) e se aquilo vai gerar o resultado que a gente espera, que é combater a desinformação", disse.

O texto em discussão junta contribuições da proposta aprovada pelo Senado e modificações incorporadas pelo relator na Câmara. Se aprovada pelos deputados, deve voltar ao Senado, por onde o texto original passou em 2022.

Lacerda diz que o projeto traz obrigações que as plataformas não têm obrigação de cumprir e devem ser feitas.

"Tem uma série de obrigações ali que a gente não está exatamente como vão ser feitas, estão sendo jogadas para uma regulação. Também não se sabe quem vai regular isso. Vai ser o poder federal? A Presidência? Agência específica? Ministério específico? Porque também não tem mais a previsão da entidade reguladora", diz.

Na última versão do texto, apresentada na quinta-feira,

